



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Ana Paula Lima (PT/SC)

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O SISTEMA PORTUÁRIO BRASILEIRO

PROJETO DE LEI Nº 733, DE 2025

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

EMENDA Nº

Modifica-se o texto do §5º do Art. 21, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. O CAP do porto público será constituído pelos seguintes blocos de membros titulares e respectivos suplentes:

[..]

§ 5º Os membros do CAP serão designados pela autoridade portuária local para um mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução.”

JUSTIFICAÇÃO

A previsão de que os membros do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) sejam designados para um mandato de 3 (três) anos busca promover uma maior coerência entre os ciclos de gestão da autoridade portuária e os ciclos eleitorais do governo federal. Essa sincronização fortalece a integração das políticas públicas portuárias com as diretrizes nacionais, garantindo alinhamento estratégico e maior efetividade na implementação das ações previstas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Ana Paula Lima (PT/SC)

Além disso, o prazo de três anos permite que os conselheiros adquiram um conhecimento aprofundado sobre os temas do setor portuário e desenvolvam a expertise necessária para contribuir de forma significativa na formulação e análise de diretrizes para o desenvolvimento e a gestão portuária. Um mandato nesse período oferece tempo suficiente para a maturação das discussões, a compreensão das complexidades do setor e a proposição de soluções embasadas.

Contudo, a impossibilidade de recondução pode gerar uma perda relevante de conhecimento acumulado pelos conselheiros que deixam o cargo, prejudicando a continuidade e a eficiência dos trabalhos realizados. Tal situação pode resultar em lacunas de experiência e visão estratégica, especialmente em um setor que exige alto nível técnico e alinhamento com as políticas públicas e os interesses locais e regionais.

Portanto, o § 5º busca equilibrar a necessidade de renovação e integração com a preservação do conhecimento institucional, fortalecendo o papel estratégico do CAP no setor portuário.

Sala das Comissões, de agosto de 2025.

ANA PAULA LIMA
Deputada Federal PT/SC

